

MULHERES AFRICANAS NO MUNDO ATLÂNTICO

CANDIDO, Mariana P.; JONES, Adam (orgs.). *African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880*. Woodbridge, UK: James Currey, 2019. 304 p.

Esta coletânea é fruto de um esforço profícuo de realizar um trabalho comparativo sobre mulheres nas sociedades africanas, desde o Senegal até o sul de Angola, entre o século XVII e finais do XIX. A obra teve como origem um seminário internacional em Dublin, no qual os textos foram debatidos. Além disso, autoras e autores tiveram acesso aos artigos uns dos outros e, assim, puderam comparar seus estudos de caso sobre outras partes da África atlântica. A introdução do livro, escrita por Mariana P. Candido e Adam Jones, que o organizaram, apresenta uma valiosa revisão historiográfica do estado da arte dos estudos sobre mulheres nascidas naquela região e também aponta para a escassez de

estudos sobre esta temática. Neste texto introdutório, as notas de rodapé fornecem uma generosa mostra das principais contribuições para esse campo do conhecimento histórico. Fica claro o bem sucedido esforço para produzir uma obra comparativa sobre mulheres na costa atlântica africana antes do período colonial.

A principal contribuição do livro é a abertura para a construção de outra “história atlântica” e reescrita da história da África, em geral concentrada na questão do comércio de pessoas. Ao invés das clássicas obras que focam neste último tema, baseadas em números e desumanizada em grande medida, aqui se mostra que a história do Atlântico era feita por pessoas reconhecíveis e muitas delas eram mulheres.

O livro também quebra o silêncio acerca da escravidão doméstica e das mulheres escravizadas no continente africano, como Awa, Alabon, Ajatu e outras. No conjunto, os capítulos evitam simplificar ou criar uma visão homogênea de “mulher africana”. Autoras/es mostram que as mulheres que viviam na costa atlântica desempenhavam uma variedade de atividades econômicas e tinham amplas redes de sociabilidade e contatos, desde as locais até as internacionais.

O livro conta com doze contribuições de acadêmicos/as vinculados/as a universidades da Europa e da América do Norte. Nove capítulos foram escritos por mulheres. Apesar de não ter nenhuma pessoa de instituições do sul global, inclusive da África, a obra é uma contribuição feminista contra a invisibilidade das mulheres como produtoras de conhecimento e como sujeitos históricos. A obra está organizada em três temas que se sobrepõem e que caracterizam a vida das mulheres nas sociedades estudadas: propriedade, vulnerabilidade e mobilidade, como já anunciado no subtítulo do volume. Um ponto comum aos textos é a questão da propriedade controlada pelas mulheres. Como mostram os capítulos, do século

XVII ao XIX, a posse de terra, de casas, de cativos e de negócios pelas mulheres não as igualava aos homens e nem as isentava de conflitos. Um ponto transversal, que perpassa toda a obra é a questão da vulnerabilidade das mulheres proprietárias. Embora as mulheres fossem maioria em grande parte das sociedades afro-atlânticas, a violência e a insegurança eram constantes em suas vidas. Por trás das extraordinárias histórias de mulheres que conseguiram prosperar havia também um ambiente de vulnerabilidade que as acompanhava.

Como este livro não está publicado em português, preferi apresentar os capítulos individualmente para que o público falante de língua portuguesa possa saborear um pouco mais o conjunto da obra. A resenha segue então a ordem em que os textos aparecem e também as interfaces entre estes.

A primeira parte do livro aborda a questão da propriedade. Os três primeiros textos tratam da região da África Ocidental e os outros dois abordam a região de Angola. Abrindo a obra, Suzanne Schwarz analisou estratégias de acumulação de bens por parte das mulheres oriundas de quilombos na Jamaica, deportadas

para a Nova Scotia (Canadá) e em seguida para Serra Leoa, assim como as mulheres Temne de Serra Leoa. A discussão se concentra em Freetown, capital daquela colônia inglesa, entre fins do século XVIII e início do XIX. Elas aproveitaram da dinâmica comercial da cidade portuária para desenvolver seus negócios. Elas adquiriram terras, mão de obra não paga dos emancipados pelos ingleses do tráfico ilegal, atuaram na agricultura, no comércio de gêneros alimentícios, na criação de animais de pequeno porte, no comércio de trocas com o interior, na prostituição, adquiriram lojas e tavernas, abasteceram navios que aportavam e investiram em imóveis em Freetown, dentre outras atividades. Mulheres do interior, como a rainha Yamacouba, também se dirigiam para Freetown para ter acesso a produtos europeus.

Assan Sarr, por sua vez, discute o acesso à terra pelas mulheres mandinga e jalofa nas sociedades do baixo Rio Gâmbia, entre o século XVIII e meados do XIX. Ao invés de basear sua análise em modelos explicativos, Sarr mostra que o poder masculino coexistiu com o poder das mulheres. Embora a chefia das famílias residisse nas mãos dos

homens mais velhos, nas famílias poligâmicas, a esposa mais velha, em geral, tomava o controle da produção de grãos e da administração da casa. Como em Freetown, o controle da terra não era prerrogativa masculina. Nas sociedades mandingas, a produção de grãos, como o arroz, era uma atividade feminina. Além disso, as mulheres herdavam as terras de seus pais. Logo, o marido tinha acesso à terra por meio da mulher. O declínio do poder das mulheres e a perda da terra ocorreram em consequência da implantação da cultura exportadora do amendoim, da islamização, do colonialismo e da atuação patriarcal das autoridades coloniais.

Introduzindo a abordagem sobre a região de Angola, Esteban Salas foca na população do presídio de Catumbela e no papel chave desempenhado pelas mulheres para assegurar o abastecimento local de alimentos, bem como seu papel no desenvolvimento do porto de Benguela no final do século XVIII. Por meio de censos e de outros documentos administrativos, ele aponta que, em Catumbela, as mulheres tinham menos acesso à terra do que os homens. Embora em desvantagem, elas lograram acesso

à terra e também a dependentes em geral, inclusive possuíam pessoas escravizadas para trabalharem na produção de alimentos. As mulheres da elite exploravam as conexões entre Catumbela (onde controlavam uma parte da produção de alimentos, tais como arroz e milho) e o porto de Benguela. Elas abasteciam com seus produtos os navios negreiros que aportavam no referido porto, bem como atendiam ao mercado consumidor local.

O último capítulo da seção sobre propriedade de mulheres em Angola é de Mariana P. Candido, também organizadora do volume. Seu texto trata da integração de mulheres da elite de Angola ao mercado global por meio do consumo de produtos importados de diversas partes do mundo no século XIX. Em sua amostra de inventários *post-mortem* de mulheres da elite residentes em Caconda, Benguela e Catumbela, a autora identificou a presença de vários bens: terras, escravizados, fazendas, casas, joias (feitas de ouro, prata, diamantes e contas), panos, roupas, xales, lenços, meias e um variados mobiliário (cadeiras, sofás, mesas, guarda-roupas, escrivaninhas) importados do Brasil, da África

Ocidental, Europa, Índia e China. A análise dos bens revela aspectos ignorados pela historiografia: o consumo e o gosto local também foram fatores culturais e econômicos que moldaram o comércio transatlântico de pessoas. As mulheres de Angola eram agentes inseridos na economia global durante o período do referido comércio, que moldaram a produção em outras partes do mundo em resposta às suas demandas. Este texto dialoga diretamente com o de Hilary Jones, a ser comentado mais adiante.

A segunda parte do livro, intitulada “Vulnerabilidade”, responde ao desafio editorial de dar visibilidade às mulheres que não faziam parte da elite. O primeiro capítulo, escrito por Adam Jones, trata da instituição de serviços sexuais realizados por moças para jovens rapazes africanos solteiros no sudoeste da Costa do Ouro, entre os séculos XVII e XIX. Por meio de fontes e documentos administrativos holandeses e relatos de viajantes europeus, Jones discute sobre o que seriam supostos serviços sexuais oferecidos por mulheres. Comparando relatos para a Costa do Ouro e o Daomé, o autor propõe algumas interpretações das fontes

sobre episódios que pareciam prostituição institucionalizada, poliandria ou estupro, contudo, ao mesmo tempo, remetem para o protagonismo e a agência das mulheres. De todo modo, todas as situações analisadas eram permeadas pela vulnerabilidade de jovens mulheres da costa.

Natalie Everts trata do enfrentamento de situações de abuso sexual por mulheres akan na antiga Costa do Ouro, que tiveram que lidar com os efeitos perturbadores derivados da intensificação do comércio de cativos no século XVIII. Um desses efeitos foram disputas em que famílias locais se colocavam como credores para alegar falsas dívidas contraídas por outras famílias com intenção de obter a penhora de pessoas. Everts destacou a história de quatro comerciantes, Madame Watts, Aquassiba, Betje e Catrijn, que operavam negócios na Costa do Ouro favorecidas por suas relações maritais com europeus. Suas trajetórias revelam meandros da história social de uma sociedade matrilinear em que as mulheres podiam ter sucesso econômico, como as três primeiras mulheres citadas. Contudo, elas continuavam suscetíveis à violência, como bem ilustra

o caso dos assassinatos de Catrijn e de sua filha.

O capítulo de Ademide Adelusi-Adeluyi também aborda o tema da penhora e da vulnerabilidade a que eram suscetíveis mulheres e crianças no Golfo do Benin na segunda metade do século XIX. A autora analisa a trajetória de duas jovens Awa e Alabon, naturais de Ibadan e Badagry, respectivamente, e suas lutas para obterem suas liberdades de seus senhores. No contexto de bombardeamento de Lagos pelos britânicos em 1850, que visavam abolir o tráfico de escravizados transatlântico e proibir as práticas de escravidão naquela cidade, essas duas mulheres aprenderam sobre este debate internacional e fugiram das vilas onde residiam para reclamar suas liberdades junto às autoridades inglesas. Este capítulo também evidencia como, apesar do contexto abolicionista das décadas de 1850 e 1860, a escravidão, a venda, a penhora e a violência contra mulheres, crianças e jovens pobres de todos os gêneros eram largamente praticadas por homens e mulheres daquelas sociedades.

Os textos de Kristin Mann e Adelusi-Adeluyi tratam do mesmo assunto, período e fontes (registros

judiciais produzidos pelos britânicos no início da colonização da atual Nigéria). Contudo, o foco de Mann é a história de Ajifoluke, nascida em Owu (atual Nigéria). Ela foi vendida como cativa para Salvador, Bahia, onde foi batizada como Luisa. Na Bahia, converteu-se ao Islã com o nome de Ajatu. Ajatu experimentou uma história incrível de mobilidade, embora em situação de escravidão. Depois de viver em Salvador e conseguir a liberdade, ela mudou-se para o Rio de Janeiro, e daí cruzou novamente o Atlântico, rumo à cidade de Lagos, onde se estabeleceu. Em 1850, como uma bem-sucedida comerciante, ela comprou uma casa em um bairro bem valorizado de Lago, onde viviam libertos retornados do Brasil e de Cuba. Tragicamente, Ajatu foi assassinada por Momo, um jovem muçulmano, que vivia em sua casa como trabalhador doméstico e certamente era escravizado. O homicídio foi causado pela visão autoritária e patriarcal de Momo, que queria ser proprietário da casa de Ajatu e talvez se vingar dos maus-tratos sofridos.

A terceira parte do livro trata da mobilidade que algumas mulheres africanas alcançaram por meio de seus trabalhos e suas redes de contato.

O texto que abre esta seção é o de Colleen E. Kriger. Ela examinou a trajetória de Esperança/Esperance/ Hope, natural de Cacheu, cuja infância foi marcada pela condição de menina escravizada, vendida para a inglesa *Royal African Company*, que se tornou uma poderosa comerciante no Forte de St. James. A história de Esperança se desenrola entre o final do século XVII e o início do XVIII e foi documentada devido a disputas pelas heranças deixadas por dois falecidos maridos londrinos, com os quais ela se casara no Forte St. James. Já em Londres, onde ela foi estudar ainda adolescente e teve uma filha, ela lutou arduamente para garantir seus direitos sobre os bens deixados pelos maridos. Ao retornar à Gâmbia, já como Hope Heath, nome tomado de William Heath, seu último marido, ela continuou fazendo o que aprendera com seus falecidos maridos: negociar no setor de importação e exportação da Guiné, que conectava o interior da Gâmbia com os comerciantes europeus na costa.

O segundo texto sobre o tema da mobilidade é de Lorelle Semley, que tem uma perspectiva bastante distinta da maioria das/dos autoras/es.

Ao invés de investir na narrativa de sedução das mulheres e de colaboração destas mulheres com homens europeus ou de enfatizar suas extraordinárias atividades políticas e econômicas, a historiadora Lorelle Semley sugere que a “mobilidade física e social e a mutabilidade de mulheres como Rossignol também devem apresentar um “argumento intelectual mais amplo sobre a história mundial do Atlântico” (p. 193). Partindo desta perspectiva, Semley analisou a trajetória de Anne Rossignol, filha de um francês com uma mulher da Ilha de Gorée, Senegal. Em decorrência do seu envolvimento com o tráfico de escravizados a partir de Gorée e bons relacionamentos com autoridades, ela possuía múltiplas conexões locais e no exterior. Ela morou no Haiti e passou os últimos anos de sua vida no sul dos Estados Unidos. Rossignol, como outras mulheres mencionadas neste livro, pertencia à elite local. Longe de um olhar romântico sobre as famosas *Signares*, a autora mostra que, assim como suas ascendentes e descendentes na ilha de Gorée, Anne Rossignol estava envolvida diretamente com o tráfico transatlântico de pessoas, tinha acesso a propriedades e possuía em casa dezenas de jovens escravizados, principalmente mulheres.

No penúltimo capítulo da coletânea, Vanessa Oliveira trata das mulheres nascidas em Angola que se tornaram esposas e parceiras comerciais de imigrantes europeus e brasileiros, na sua maioria portugueses, no contexto do reordenamento da economia baseada no (agora proibido) comércio de pessoas para a produção de alimentos. Partindo de uma amostragem de pedidos de casamento de meados do século XIX, ela notou que os imigrantes escolhiam contrair matrimônio com mulheres da elite local. Por meio desses casamentos tanto homens pobres como abastados tiveram acesso às redes comerciais controladas por essas mulheres ou suas famílias, bem como à produção agrícola. Cientes de seu *status* e poder econômico, essas mulheres estabeleceram contratos de casamentos antes de formalizarem alianças nupciais. O objetivo era proteger os bens que já possuíam e também proteger os bens que poderiam ser adquiridos após a formalização da união.

O último capítulo aborda o tema da propriedade e da mobilidade de mulheres nos portos senegaleses de Gorée e Saint Louis. Assim como outros textos, Hilary Jones investiga a biografia de algumas mulheres e suas ligações com homens europeus como estratégias de segurança

social e econômica no período em que a abolição do tráfico de gente e o imperialismo trouxeram novos desafios. Por meio de cartas, diários, retratos e inventários *post-mortem*, a autora mostra a autonomia das mulheres mestiças da elite. O rico inventário de Marie Pellegrin, por exemplo, mostra que antes de se casar ela já possuía várias propriedades em Gorée, Dakar, Saint Louis e Saly Portudal. Pellegrin aumentou seu patrimônio depois do casamento e do reordenamento de seus investimentos financeiros. Quando morreu, Marie Pellegrin deixou para suas filhas joias, tecidos importados, roupas, propriedades e lojas nas principais cidades na costa atlântica do Senegal. Embora Jones tenha abordado temas, contextos geográficos e temporais semelhantes ao de Lorelle Semley, seus textos diferem em relação ao período e também à perspectiva de abordagem.

Com o objetivo de trazer ao conhecimento histórias de mulheres da costa atlântica africana no período anterior à Conferência de Berlim que decidiu pela partilha colonial da África, os textos deste livro mostram o potencial das fontes selecionadas e as possibilidades de sua abordagem para descobrir novas histórias. Ademais, destaco a

inclusão de mapas, plantas e gravuras de mulheres que, ao invés de meras ilustrações, foram cuidadosamente descritas e interpretadas. Esse esforço é essencial para localizar leitores pouco familiarizados com as diferentes regiões tratadas na obra, bem como entender os movimentos de mobilidade geográfica e social de algumas mulheres.

A maior parte dos textos deste livro se concentram no século XIX. Nos próximos livros que escreveremos a partir deste, é imprescindível que mais trabalhos abordem sobre trajetórias de mulheres que viveram nos séculos anteriores ao XIX e também sobre pessoas pobres que viviam no interior do continente. Outro aspecto que deve ser tomado pela historiografia que estuda mulheres na costa atlântica africana é o uso de categorias, tais como “Luso-Africans”, “Afro-Europeans”, “Eurafricans” etc. Estes conceitos, criados pela historiografia ocidental, são reproduzidos fartamente para explicar, ora a identidade cultural, ora a genealogia destas mulheres. Contudo, tanto quanto “mulher africana” estes conceitos não abarcam a complexidade daquelas mulheres nascidas na costa. Certamente, *donas*, *senhoras*, *signares*, *nharas* etc. dizem mais sobre

estas mulheres em seus contextos do que estes conceitos extemporâneos e generalizantes.¹

Livros fazem livros acontecerem. Este é muito estimulante e, certamente, provocará a produção de outras obras. *Mulheres Africanas* é uma inspiração para especialistas que pesquisam o campo, uma excelente introdução para iniciantes e leitura obrigatória em nossos cursos de graduação. O livro preenche uma lacuna em face à falta de pesquisas sobre o lado africano do Atlântico, que termina levando pesquisadores da diáspora a incorrerem em generalizações.

A tradução desta obra para o português seria bem-vinda para que pudéssemos conhecer melhor mulheres cujas vidas estavam entrelaçadas ao tráfico e à escravidão, algumas como vítimas, outras como poderosas negociantes de diversas mercadorias e de pessoas escravizadas. Por fim, a perspectiva comparativa adotada para as diferentes Áfricas estudadas na coletânea *Mulheres Africanas no Mundo Atlântico* será também útil para os membros das diásporas africanas compreenderem que devem olhar para o continente de origem a partir de sua complexidade e sem romantismos.

Vanicléia Silva Santos  

University of Pennsylvania

doi: 10.9771/aa.v0i64.46503

1 Vanicléia Silva Santos, “Mulheres africanas nas redes dos agentes da Inquisição portuguesa. O caso de Crispina Peres, Cacheu, século XVII”, *Revista Politeia*, v. 19, n. 1 (2021).